



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

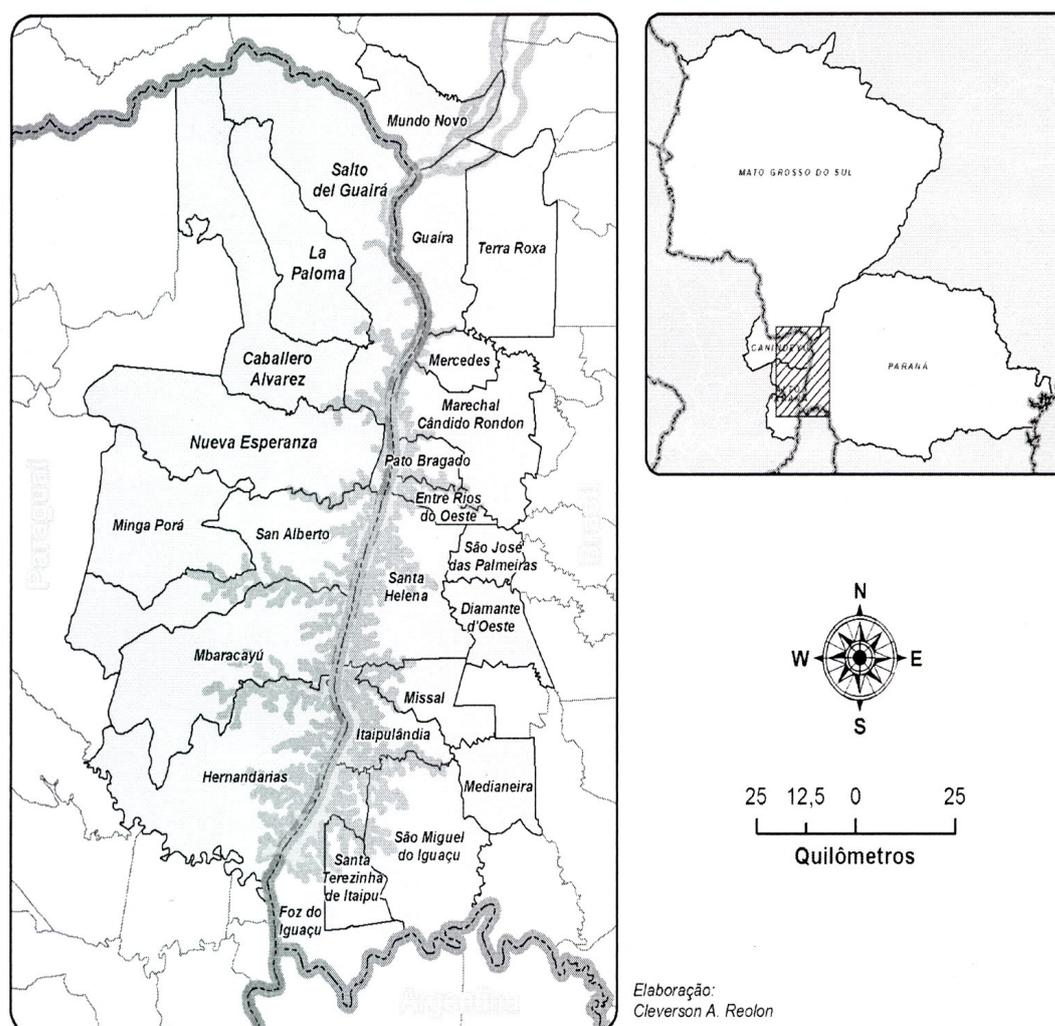
TERRITÓRIO, REGIÃO E FRONTEIRA: ANÁLISE GEOGRÁFICA INTEGRADA DA FRONTEIRA
BRASIL/PARAGUAI

Edson Belo Clemente de Souza (Unioeste) - ebelo2003@yahoo.com.br
Geógrafo, Professor da graduação e do mestrado em Geografia da Unioeste

Vanderléria Gemelli (Unioeste) - leiagemelli@yahoo.com.br
Graduada em Geografia

Introdução

O artigo¹ aqui proposto tem por objetivo analisar a região fronteiriça entre Brasil e Paraguai (ver Mapa 1) como um espaço com características contrastantes que constituem uma realidade contígua e reticular, o que demanda uma análise geográfica integrada, envolvendo o território, a região e a fronteira, enquanto conceitos indissociáveis.



MAPA 1 – Municípios e distritos lindeiros ao Lago de Itaipu na fronteira entre Brasil e Paraguai

Com o advento do que alguns autores chamam de globalização, o espaço se torna cada vez mais fluido, constituindo-se no meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996; 2000), interligado por redes e por densas relações entre seus atores, sobrepondo ou conectando os territórios num processo em constante movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, movimento conhecido pela sigla t-d-r (HAESBAERT: 2006; 2004).

Não obstante, tal fluidez não ocorre de maneira contínua e uniforme por todo o

espaço e, conseqüentemente, pelo território, uma vez que o espaço é dotado de diferenciações advindas das diversas apropriações que se fazem do território. Sob esse viés, como nos ensina Milton Santos, as relações entre os objetos e as ações existentes variam conforme o lugar em vista de suas diferentes condições históricas, apropriações do espaço e acessos disponíveis em relação ao meio-técnico-científico-informacional, entre outros fatores.

Com base nessa premissa é possível justificar as diferenças socioespaciais verificadas nos dois lados da região de fronteira entre Brasil e Paraguai. O processo histórico de formação desses dois países se deu em condições diferenciadas, apesar da proximidade entre eles e de similaridades latino-americanas existentes.

Para uma efetiva compreensão dessa região de fronteira, é necessária uma análise geográfica integrada do território, da região e da fronteira, haja vista que, embora as realidades apresentem condições reticulares, são influenciadas também por componentes de espaços contíguos, como a proximidade do Lago de Itaipu.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico de teóricos que contribuem para a elucidação dos objetivos e do objeto investigado; trabalho de campo com entrevistas a agentes relevantes da realidade fronteiriça como o vice-cônsul do Brasil no Paraguai e o vice-cônsul do Paraguai no Brasil, moradores brasileiros e paraguaios, policiais militares, motoristas de vans, moto-taxistas; fotografias que evidenciaram a paisagem da fronteira com representações do uso do território; e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), que permitiram, no conjunto, interpretar uma região de territórios transfronteiriços.

O texto é alinhavado no seguinte sentido: além desta breve introdução, a discussão do território, da região e da fronteira busca embasar teoricamente para subsidiar o que vem a seguir, que é a caracterização da fronteira do Brasil com o Paraguai, inserindo o turismo como indutor do desenvolvimento regional, pois é uma das diversas manifestações da dinâmica territorial. As considerações finais tratam de demonstrar alguns resultados alcançados na pesquisa, bem como encaminhar algumas ações vistas como necessárias para que a fronteira do Brasil e Paraguai seja mais integrada.

Território, região e fronteira

A globalização configura lugares, tornando-os cada vez mais heterogêneos, dotados de uma diferenciação espacial caracterizada pelo surgimento de múltiplos territórios (HAESBAERT & PORTO GONÇALVES, 2006), que, ao mesmo tempo em que se distinguem pelas suas diferenças identitárias, também se conectam e se sobrepõem no emaranhado complexo das redes que constituem o espaço geográfico atual. Segundo Moreira (1997),

assim como ontem era a contiguidade que integrava numa mesma regionalidade pessoas diferentes, hoje a acessibilidade à informação é o dado integrador dos homens na rede, estando ou não na mesma proximidade.

Para Santos (1996), porém, os lugares se expressam pelas horizontalidades e pelas verticalidades. As relações de horizontalidades podem ser lidas nos serviços que a cidade presta em seu entorno e que exigem deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos e bancários, dentre outros. Já a verticalidade insere os espaços em graus e em formas variadas nesse contexto global, os quais se utilizam dos benefícios da informação, haja vista a capacidade que possui de unir em redes os diferentes espaços.

Território e região, enquanto categorias de análise geográfica, são indissociáveis, não podendo ser analisadas separadamente, uma vez que possuem uma estreita relação devido ao fato de que o movimento do território, que implica t-d-r, está intimamente ligado ao movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução de novas regiões.

A região é assim uma realidade que se concretiza através da ação de atores sociais, evidenciada a partir do momento em que se definem similaridades e relações internas comuns, capazes de delimitá-las: “A região é, portanto, uma dimensão real da vivência dos indivíduos e dos grupos, e é a partir dela que se cria uma base territorial comum para um dado quadro de referência de pertencimento e identidades” (HAESBAERT, 2004).

A partir do momento em que há a construção do espaço geográfico por determinada sociedade, então se dá também a formação do território, que nada mais é do que a expressão da apropriação e das relações (abstratas) que ocorrem no espaço geográfico entre os indivíduos, envolvendo poder. O espaço é, portanto, anterior ao território, como preconiza Raffestin (1993).

Sob esse aspecto, Santos (1994) sublinha que o território “[...] significa objetos, ações e a constituição de redes, podendo ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado [...]” (p. 78).

Uma vez que o território se constitui na organização espaço-social, ele se transforma e se redefine constantemente, tendo em vista que a sociedade sempre está em movimento, o que também indica uma centralidade na relação espaço-tempo na constante redefinição do espaço e, conseqüentemente, do território.

Raffestin (1993) compreende o território como sendo constituído a partir da apropriação do espaço, ou seja, “[...] é o espaço transformado historicamente pelas sociedades” (RAFFESTIN, 1993 apud SAQUET, 2009, p. 78). A diferenciação entre Milton Santos e Claude Raffestin, na concepção de espaço e de território, é que, para o primeiro, o espaço geográfico é o conceito principal, e, para o segundo, o território é a categoria principal de análise geográfica. O fato é que, embora distintos, espaço e território não

podem ser separados, pois um é condição para a existência do outro.

Cada território possui uma identidade que o caracteriza no espaço, o que implica ser essa sua territorialidade, podendo assim haver, numa determinada porção do espaço geográfico, vários territórios sobrepostos, com suas respectivas territorialidades. “A territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade” (RAFFESTIN, 1978 apud SAQUET, 2009, p. 78).

Assim, o território pode ser interpretado como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades, que estão em constante transformação no tempo.

O arranjo espacial e suas transformações são diretamente influenciados pela ação de alguns agentes principais, como o capital e o Estado, os quais intervêm na organização da sociedade. Sob esse aspecto, Corrêa (1998) afirma que:

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (p. 60-1).

A região de fronteira brasileira foi estabelecida com o nome de Faixa de Fronteira em 1974, delimitada a 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal. A criação desse território foi feita sob a óptica da segurança nacional, sendo até hoje um espaço carente de políticas públicas consistentes que promovam o desenvolvimento econômico (MACHADO, 2005).

Pensar a fronteira como forma diferenciada de organização territorial daquela da lógica capitalista também é necessário, pois a fronteira constitui um recorte analítico e espacial de diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Enquanto categoria de análise espacial, ela envolve a problemática da volatilidade do capital e das relações de produção pelo território. Além disso, a fronteira é palco para conflitos transculturais e identitários.

Em função do modo de produção e das representações simbólicas, ideológicas e culturais, esses elementos se transformam e se condicionam mutuamente, sempre de maneira singular. Singularidade, todavia, não significa ausência de diferenciações internas e conflitantes. Logo, é pertinente pensar a fronteira como forma diferenciada de organização territorial no bojo da ordem territorial capitalista.

A questão das relações bilaterais e multilaterais com o país vizinho – isto é, os temas transfronteiriços – também faz parte da pauta de uma política de ordenamento territorial no

âmbito nacional, pois possui importantes repercussões nos fluxos e mesmo em regiões às vezes distantes das fronteiras.

Para Corrêa (2004), a existência da fronteira internacional está associada a diferenças ente os dois lados. Descrevendo tipologias de posição geográfica de cidades, o autor comenta as características de cidades de fronteiras:

Diferenças de padrão monetário, regime político, etnias, língua e religião levam a que, em certos pontos da fronteira, estabeleçam-se postos de controle daquilo que atravessa de um lado para o outro. Nesses postos estabelece-se um conjunto de atividades em torno das quais se desenvolve uma cidade. Ela pode agregar outras funções, mas a de posto fronteiriço tende a ser muito importante. Sua área de influência tende a ser ampla, incluindo pelo menos dois países. E de modo corrente, há uma outra cidade do outro lado da fronteira que, de certo modo, cumpre papel semelhante. Exemplos: Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai); [...]. (CORRÊA, 2004, p. 319).

É, porém, na lógica capitalista que se nega a fronteira, conforme Gonçalves (2004), que afirma que o capital quer fluir pelo mundo sem fronteiras. Segundo Smith (1988), o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual sua coerência, pois aprimorou sua capacidade de ser transescalar em seu próprio benefício, isto é, o do ganho rápido e sem constrangimentos escalares. Conforme Vitte (2007), as escalas são produzidas e não dadas ontologicamente *a priori*, pois são conteúdos e relações fluidas, contestadas e perpetuamente transgredidas.

Apesar de fluidas e interpostas entre si, Claudete Vitte acrescenta que toda escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar os processos dialéticos da acumulação.

De acordo com Porto Gonçalves, a fronteira deriva de *front*, expressão militar que designa aquele espaço onde a guerra está sendo travada exatamente pelo controle do espaço. Definida a vitória pelo controle do espaço, o *front* transforma-se em fronteira e o espaço, em território. A fronteira substantiva tende a esconder o *front* que a fez.

Não obstante a etimologia da palavra fronteira, não há território sem sujeitos que o instituem, portanto todo o território se faz por meio dos sujeitos sociais que o fazem. É preciso identificar as territorialidades que subjazem aos territórios.

Martins (1997, p. 150) nos ajuda a compreender a fronteira dizendo que ela é:

[...] essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular. À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como o índio de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com

que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Para José de Souza Martins, a fronteira é uma linha de separação, seja concreta ou abstrata, que necessariamente não seja rígida, como bem observa Haesbaert (2004). Para esse autor, há duas “lógicas espaciais” de fronteira. Uma é a “lógica territorial tradicional” e a outra é a “lógica reticular”. Ambas são distintas, porém articuladas.

A “lógica territorial tradicional” é o modelo de ordenamento territorial por excelência dos Estados nacionais modernos, expressa por áreas onde as relações sociais estão delimitadas e reguladas de forma a serem estabelecidos recortes espaciais contínuos e contíguos que servem como quadro de referência para a ação dos agentes sociais. A identidade territorial tende a legitimar ou a ser legitimada pelas fronteiras político-territoriais.

A outra lógica, a “lógica espacial”, é o padrão reticular de organização do território que envolve outras relações. A lógica da vida dos povos em áreas transfronteiriças questiona aqueles pressupostos, conforme observa Souza (2009a), no vai e vem de brasileiros e de paraguaios na fronteira de Foz do Iguaçu com a Ciudad del Leste. Como também no entrelaçamento de brasileiros e paraguaios vistos em território brasileiro e paraguaio. Essa realidade é uma demonstração do cotidiano da fronteira, com aspectos contraditórios, complexos e de complementaridade, seja pelos fluxos de serviços, de informações e de mercadorias ou pelas relações das culturas que os unem e os desunem.

As comunidades de fronteira, especialmente o estudo de caso de brasileiros e paraguaios, sejam migrantes ou não, vivenciam a ambiguidade dessas duas lógicas territoriais: ao mesmo tempo em que se deparam com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais, convivem com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e até mesmo políticas, de caráter transfronteiriço.

São espaços nos quais o local e o internacional se articulam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constrói, reelabora e constitui uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não “respeitam” as barreiras existentes, já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas fronteiriças informais.

As várias formas de se pensar a fronteira, apresentadas até aqui, procuraram elucidar, parcialmente, a realidade da fronteira do Brasil e Paraguai.

Caracterização da região de fronteira entre Brasil e Paraguai

A região em estudo se destaca no plano de relações internacionais. A exemplo das

relações econômicas, culturais e geopolíticas com o Mercosul, a mobilidade populacional constante para o Paraguai influencia, no cotidiano da fronteira, outras identidades socioculturais. São territorialidades² expressas nos costumes, nos ritmos, nos ritos e nos valores desses povos.

A área analisada compreende os municípios brasileiros e distritos paraguaios lindeiros ao Lago de Itaipu, pertencentes às faixas de fronteira de ambos os países. Os municípios brasileiros, lindeiros ao Lago de Itaipu, que fazem fronteira com o Paraguai, estão inseridos na Mesorregião Oeste Paranaense, de acordo com a divisão regional proposta pelo IBGE.

Ao longo do tempo, essa região passou por mudanças e por transformações do espaço geográfico, mudanças e transformações que caracterizam o movimento da sociedade no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (t-d-r).

A construção da Hidrelétrica de Itaipu e, conseqüentemente, a formação do Lago em 1982 constituem um dos acontecimentos que ocasionaram significativas mudanças no arranjo espacial da região em estudo, visto que a formação do Lago propiciou uma nova feição à região Oeste do Paraná (SOUZA, 2009a). Assim, as inundações proporcionadas pelo represamento culminaram em novos limites de extensões territoriais aos municípios impactados, bem como reconfiguraram a paisagem e as características dos municípios que tiveram parte de suas terras alagadas.

No momento da formação do lago, em 1982, oito municípios³ foram atingidos do lado brasileiro, e hoje, após alguns desmembramentos e emancipações distritais, a região é composta por 15 (quinze) municípios⁴.

Nesse contexto, de acordo com o IBGE, entre 1970 e 1996, a mesorregião Oeste do Paraná passou por intenso processo de urbanização. Tal ocorrência se deve principalmente ao fato de essa região ser a última fronteira de ocupação do Paraná, fato aliado ao processo de expansão da modernização da agricultura e também pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que aumentou o contingente populacional da região pela atração de mão de obra para trabalhar na construção.

A construção da hidrelétrica causou fortes impactos em toda região extremo-oeste do Paraná. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, um dos principais impactos foi o grande aumento, num curto espaço de tempo, da população, sendo que esta saltou de 33.966 habitantes em 1970, para 136.321 em 1980, de acordo com o IBGE⁵. Tal fato traz consigo outras conseqüências, como a necessidade de maior atendimento nos postos de saúde, mais moradias e toda a infraestrutura que necessitam, como saneamento básico, educação, lazer, etc.

Por conseguinte, a partir de 1982 iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento para a região dos municípios impactados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu. Nesse período, formulou-se uma visão de região, sendo que as mudanças proporcionadas pela

construção da hidrelétrica fizeram (e fazem) com que os municípios que se situam em torno do lago se encontrem inseridos em um mesmo contexto regional. Assim, por meio da relação entre tecnologia e sociedade, responsável pela transformação da realidade em vista da construção de um grande empreendimento, o espaço reconfigurou-se e adquiriu um novo sentido.

Ocorre, no entanto, que a formação do Lago de Itaipu não modificou apenas a estrutura territorial, mas também as relações no território. De acordo com Souza (2009b), “[...] a formação do lago não mudou apenas o aspecto geográfico da região, alterou sua própria essência. A agricultura, base da economia regional, começou a ceder lugar à atividade turística [...]” (p. 126).

Esse novo empreendimento, portanto, culminou em grandes transformações sociais, econômicas e políticas, que constantemente se reorganizam. De acordo com Lima (2004):

[...] além do impacto favorável à economia capitalista, outros se sucederam, surpreendendo a população, especialmente a mais próxima das obras. Novos rumos foram tomados para a história regional, que foi reconstruída, mediante os desejos e necessidades emergentes da geração de energia para o provimento do progresso. (p. 305).

Dessa forma, esse novo cenário regional conferiu a possibilidade e a necessidade de novos projetos/programas e políticas para desenvolver a região de acordo com a nova realidade.

Dentro desse novo contexto, surgem vários programas e ou políticas públicas criados para atender a essa região. Destacam-se principalmente as políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo, haja vista a possibilidade de exploração dessa atividade pela criação, principalmente, de pequenas praias artificiais nas águas do Lago de Itaipu.

De acordo com Souza (2009b): “Toda a infraestrutura turística começou a ser montada a partir de 1982[...]” (p. 131), momento de formação do Lago da Hidrelétrica, uma vez que o apoio técnico e financeiro inicial para alavancar o turismo partiu da própria Itaipu. O mesmo autor considera ainda “[...] que a criação do Lago de Itaipu definiu uma nova ‘paisagem’, uma ‘nova regionalização’, que está sendo apropriada para alavancar a atividade turística” (SOUZA, 2009b, p. 131).

A partir disso, a construção de Itaipu culminou numa reterritorialização do espaço, ou seja, numa mudança na estrutura social existente, fazendo com que a sociedade se adequasse ao impacto do alagamento, no sentido de superá-lo, bem como criasse novas formas de produção econômica, como a atividade turística. Sob esse viés, Lima (2004) sublinha que “A nova configuração espacial fora proporcionada não simplesmente pela inundação, mas por um novo agente modelador, o turismo” (p. 307).

Desse modo, a atividade turística constitui-se um elemento novo para essa região, que culmina em transformações na organização do espaço e abre caminhos para novas ações, caracterizadas pelas políticas públicas estatais.

Não obstante, notam-se as diferenças existentes entre Brasil e Paraguai na região de fronteira, pois, tratando-se de economia, esse segundo país apresenta o menor crescimento nos últimos vinte anos em relação aos países pertencentes ao Mercosul (Mercado Comum do Sul). Como explica Masi (2006), a economia paraguaia

É a mais atrasada do Mercosul não por ser a menor, mas por ter se desenvolvido dentro de um modelo econômico com características adversas [...] caracterizou-se pela exportação de matérias-primas, pela triangulação comercial, com alta dose de informalidade e pela especulação financeira. (MASI, 2006, p. 23).

Nesse panorama econômico do Paraguai, o Brasil desenvolve grande interferência devido à intensificação da relação comercial entre ambos os países, principalmente a partir de 1970, período em que ocorreram muitas mudanças relacionadas à intensificação do processo de modernização da agricultura no Brasil e em que se deu início desse processo também no Paraguai. Vale ressaltar que a modernização da agricultura paraguaia foi alavancada pelo General Alfredo Stroessner, o qual pretendia a inserção do Paraguai no mercado externo com a modernização da agricultura. Esta inserção coincide com o início da construção da hidrelétrica de Itaipu.

É nesse período que inicia a migração de brasileiros para o Paraguai, migração que se deu em virtude da expulsão do campo brasileiro pelo processo de modernização e também pelo incentivo à ocupação da região leste paraguaia, até então esparsamente habitada, sendo que, para a sua modernização, eram necessárias pessoas que ocupassem e trabalhassem na terra. No intuito de seguir em seu projeto de modernização da agricultura, Stroessner iniciou um processo de incentivo à colonização da região por brasileiros, tarefa esta confiada a grandes colonizadoras. Forte propaganda foi feita então no Brasil quanto às terras paraguaias, baratas e praticamente inabitadas, o que representava uma solução para aqueles que estavam sendo “expulsos” do campo brasileiro.

A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade brasileira foram os principais fatores de “expulsão” de arrendatários, posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o preço baixo da terra e dos impostos e as facilidades de créditos agrícolas no Paraguai foram alguns dos mecanismos de atração. (ALBUQUERQUE: 2008, p. 3).

Mesmo, no entanto, com o incentivo à modernização, o Paraguai:

[...] caracterizou-se por ser um país mais comercial do que produtivo,

com uma economia aberta (principalmente em razão do comércio ilegal ou contrabando) e, portanto, não protecionista, com um escasso desenvolvimento industrial e agroindustrial, e especializado na exportação de duas ou três matérias-primas (soja, algodão e carne). (MASI, 2006, p. 23).

Mesmo se destacando no comércio, legal ou ilegal, a produção de soja no Paraguai tem sua expressividade. A introdução desse tipo de cultivo no país se deve aos brasileiros que migraram para lá a partir da década de 1970, sendo que, atualmente, ainda de acordo com Masi (2006), esse produto é responsável por 50% das exportações do país.

Entretanto, um dos tipos de comercialização mais comum verificado no Paraguai é o comércio de triangulação pela reexportação. Ou seja, produtos são importados de países como Brasil e Argentina, que formam um triângulo com o Paraguai, e depois retornam a esses países pela reexportação ou contrabando, livrando-se do pagamento de impostos. Ou, conforme Masi (2006), muitos produtos são “[...] provenientes principalmente dos Estados Unidos e dos países asiáticos em direção aos mercados altamente protegidos do Brasil e da Argentina, majoritariamente através de canais ilegais.” (p. 24). Ocorre, porém, que esse tipo de comércio de reexportação não garantiu ao Paraguai um crescimento considerável de sua economia.

Em trabalhos de campo realizados em 17/4/2010 e 18/10/2010, no distrito de Marangatu, no Paraguai, pertencente ao departamento de Canindeyú, que faz fronteira com Pato Bragado, no Brasil, e em Salto del Guairá, também pertencente ao departamento de Canindeyú, em fronteira com Guaíra-PR., respectivamente, pode-se perceber uma série de aspectos que distinguem os respectivos países analisados.

Percebeu-se, do ponto de vista da infraestrutura básica (estradas pavimentadas, transporte, educação, saúde), do acesso a serviços e a produtos, dentre outros, que se trata de uma realidade oposta, “distante” da vivida no Brasil, pois se constitui num espaço com grande carência de ações e de investimentos por parte do Estado.

Na localidade visitada durante trabalho de campo há o Puerto de Marangatu, do lado paraguaio, em precárias condições, responsável pela travessia somente de pessoas pelo Lago de Itaipu até o Porto de Pato Bragado do lado brasileiro. É por esse porto que muitos brasileiros residentes no Paraguai vêm até o Brasil para utilizar diversos serviços (saúde, assistência social e jurídica, aposentadoria, educação, etc.).

Atualmente a quantidade de brasileiros (chamados de brasiguaios) residentes no Paraguai, segundo estatísticas oficiais, constitui-se em 112 mil pessoas. Estatísticas extra-oficiais apontam, no entanto, para mais de 1 milhão de brasileiros, concentrados principalmente na porção leste paraguaia, região de fronteira com o Brasil, nos departamentos paraguaios de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapua, Caaguazu e

Caazapá.

No caso da fronteira entre Brasil e Paraguai, essa oscilação interfere diretamente nas relações de compra e venda de mercadorias, sendo que Ciudad del Este (cidade que faz fronteira com Foz do Iguaçu-PR) e Salto del Guairá (localizada na fronteira com Guaíra-PR.) são duas cidades de compristas brasileiros por mercadorias de preço baixo, em relação aos similares brasileiros.

A fronteira apresenta-se como espaço de complementaridade (na medida em que convivem numa mesma realidade diferentes territorialidades) e, ao mesmo tempo, espaço de diferenciações (visto que há uma seletividade espacial que tende a favorecer grupos dominantes). Tal seletividade pode ser empregada tanto pelo capital, como pelo Estado, dotando determinados lugares com uma maior infraestrutura de acordo com as condições de organização socioespacial que apresentem e com o interesse do capital e do Estado.

Na fronteira Brasil/Paraguai entende-se que essa seletividade espacial se aplica aos diferentes tratamentos direcionados aos dois lados da fronteira quanto à implantação de políticas públicas por parte dos Estados paraguaio e brasileiro.

Percebe-se, no entanto, que a atuação do Estado é diferencial em ambos os lados da fronteira. No Paraguai, o sistema político-administrativo possui autonomia centralizada, enquanto que, no Brasil, essa autonomia é descentralizada em cada Estado da Federação. Desse modo, há, no Brasil, uma atuação maior do Estado pelo território, enquanto que, no Paraguai, essa atuação por vezes se torna restrita. Esse é um dos fatores que contribuem para a diferenciação ligada à infraestrutura turística existente na faixa de fronteira entre os dois países.

A atividade turística⁶ é o exemplo emblemático da compreensão desse estudo, pois, por possibilitar a integração dos povos e de dinamicidade pela inerente prática social e econômica, a implantação de alguns programas turísticos brasileiros⁷ tem se reproduzido na fronteira paraguaia. A Itaipu Binacional representa um grande elo de ligação entre os dois países, haja vista suas atuações na região fronteiriça⁸.

No Brasil, além de o turismo receber maiores investimentos que no Paraguai, sua economia estatal favorece as potencialidades locais, em contraposição ao outro país, onde, em muitas cidades, a presença estatal é restrita, como é o caso, por exemplo, de Ciudad del Este, e também de Marangatu.

Por outro lado, observou-se que no Paraguai há uma grande atuação do capital na transformação do espaço geográfico, sendo o turismo de compras bastante evidente em cidades como Ciudad del Este e Salto del Guairá.

Nesse sentido, os atores que protagonizam as transformações do espaço geográfico são, principalmente, o Estado (instituições públicas), o capital (iniciativa privada) e a própria sociedade civil organizada.

A atuação do Estado se concretiza através da criação e da implementação de políticas públicas em espaços com determinada dinâmica, em que são consideradas as características da realidade existente, tendo em vista as fragilidades e as potencialidades. Considerando a análise das condições de determinada porção do espaço, o Estado intervém por meio de políticas públicas, colaborando para a concretização de uma realidade com características específicas, que criam uma identidade própria, uma paisagem humanizada específica, sendo possível, através desse processo, identificar a regionalização do espaço geográfico.

De acordo com Corrêa (1998), “[...] o Estado, surgido dentro do modo de produção dominante, é o agente da regionalização” (p. 48). Assim, também a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, muitas vezes agindo em conjunto com o Estado, ou na própria mobilização da sociedade, atuam no sentido de criar uma mesma realidade específica, contribuindo para a regionalização do espaço.

Todas essas transformações, inseridas no processo de globalização, criam múltiplos territórios, tornando o espaço geográfico complexo, que, longe de ser aniquilado pelo tempo, como defendem alguns estudiosos⁹, torna-se cada vez mais heterogêneo e diferenciado, conectado, no entanto, pelo advento das redes. Torna-se imperativa, assim, a “multiterritorialidade”, conforme Haesbaert (2004), num complexo espaço global, ao mesmo tempo em ordem e em desordem com os territórios-redes.

Nesse contexto, assim como os territórios e as regiões, também as fronteiras estão longe de se dissolverem nesse emaranhado complexo de relações que caracteriza o mundo globalizado. O que ocorre é uma afirmação ainda maior dessas categorias de análise geográfica, tornadas ainda mais complexas e que vêm a caracterizar a multiplicidade de tempos-espaços concretizados e em constante movimento pelo processo de t-d-r. Haesbaert (2004) enfatiza que,

Sintetizando, a chamada desterritorialização, ou melhor, des-reterritorialização, e, conseqüentemente, os atuais processos de regionalização, estão fortemente vinculados ao fenômeno da compressão tempo-espaço – não no sentido de uma “superação do espaço pelo tempo” ou de um “fim das distâncias”, mas de um emaranhado complexo de “geometrias de poder” de um espaço social profundamente desigual e diferenciado. (HAESBAERT, 2004, p. 178).

Dentro dessa dinâmica atual, também as fronteiras por vezes mudam de sentido, passando a significar muito mais do que simples limites político-organizacionais dos territórios institucionais. Em consonância com o Brasil, através do Ministério da Integração (2005), as novas condições técnico-tecnológicas, como o sistema global de telecomunicações, tornam imperativas as mudanças no tratamento da fronteira, sendo que

muitas fronteiras da atualidade se constituem em espaços onde há uma mescla entre os dois lados, com interação constante pelo contínuo movimento dos fixos e dos fluxos, como é o caso da fronteira entre Brasil e Paraguai. São costumes, identidades, cotidianos próprios da fronteira e realidades que não veem a fronteira como uma linha rígida, intransponível, mas, sim, como uma região onde o lado de lá e o lado de cá se mesclam, se interpõem e convivem numa só realidade. Não obstante, existe um quadro de diferenças sociais, políticas, infraestruturais e culturais, entre outras, que forma uma realidade complexa.

Vários fatores corroboram isso, como o fluxo contínuo de pessoas, de informações, de mercadorias, de ideias, etc., para que a fronteira represente, principalmente para quem nela vive, uma realidade única, a qual pode ser percebida/constatada na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Desse modo, a partir do momento em que há um espaço construído e, conseqüentemente, uma sociedade nele instalada, dá-se a formação do território. Este último é assim a expressão da organização que há em uma determinada porção do espaço, pelas relações que existem de dominação, de controle e de poder. Dessa perspectiva, o território é o

[...] produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não-estatais. Os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos. (BRASIL - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2005, p. 21).

Sob essa lógica, a territorialização pode ser resultante tanto das ações do Estado por meio de políticas públicas, como também pelas empresas e ou pelas práticas das comunidades, através das identidades e das significações do espaço vivido.

Nesse sentido, as territorialidades nem sempre coincidem com os limites de um território formalmente instituído, como é o caso da fronteira entre Brasil e Paraguai. Na região de fronteira desses países existem territorialidades que ultrapassam o limite territorial institucional desses países, como a territorialidade dos brasiguaios, do narcotráfico, dos indígenas, do capital, entre outros fatores. Sobretudo, “[...] o território é compreendido como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual” (SAQUET, 2007, p. 91).

A fronteira entre Brasil e Paraguai constitui-se, portanto, num espaço que possui a sobreposição de diversos territórios que apresentam semelhanças, mas também diferenças oriundas da seletividade espacial e econômica, pois, conforme Dias:

A localização geográfica torna-se [...] portadora de um valor estratégico ainda mais seletivo. As vantagens locais são

fortalecidas e os lugares passam a ser cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo – recursos naturais, mão-de-obra, infra-estrutura de transportes, energia ou telecomunicações, etc. (DIAS, 2007, p. 3).

A autora acima se reporta a uma diferença de atratividade dos lugares para o capital, de acordo com a incorporação da técnica e da informação que apresentam. Assim, essa incorporação é desigualmente distribuída pelo território e aqueles que apresentam uma incorporação maior são mais atrativos ao capital. Dias (2007), além de Haesbaert (2004), discorda de Virilio (1994 apud ARAÚJO, 1998) em relação à aniquilação do espaço, uma vez que a instantaneidade, a rapidez da informação e a incorporação de novas técnicas se distribuem desigualmente pelo espaço, dotando-os de um valor estratégico diferencial e seletivo. Para a autora, “[...] associar contração de distâncias à negação do espaço situa-se no plano da utopia [...]” (DIAS, 2007, p. 3).

Por meio da análise da região de fronteira entre Brasil e Paraguai percebe-se que a seletividade dos lugares é o diferencial dos dois lados da fronteira. Na faixa de fronteira brasileira, o Estado atua enquanto criador de políticas públicas ligadas ao turismo, que contribuem para uma singularidade regional, caracterizando também uma seletividade espacial, o que não ocorre no Paraguai.

Dentro desse contexto, a regionalização enquanto processo de classificação de regiões, institucionais ou não, é forjada também, de acordo com Brasil – Ministério da Integração (2005):

[...] na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses, econômicos e políticos, e produzindo identificações sócio-culturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços. (BRASIL – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2005, p. 20-1).

Outro elemento de diferenciação entre os dois países que deve ser destacado é a infraestrutura para o turismo existente no Brasil e no Paraguai. O primeiro possui uma estrutura forte e mais consolidada se comparada a do Paraguai, que, praticamente, não possui ou é muito incipiente. Isso, em parte, pode ser explicado pelo seguinte fator: no que diz respeito à Itaipu, os recursos liberados para Brasil e Paraguai são igualmente divididos, porém os direcionamentos dados a esses recursos são diferentes devido às diferenças existentes entre os dois países. O Paraguai, por exemplo, direciona os recursos recebidos para investimentos em obras sociais, ou em ajuda aos distritos, enquanto que muitos dos investimentos no Brasil são direcionados para o turismo. Assim, também, o governo central paraguaio não oferece autonomia aos departamentos, atuando apenas nas áreas consideradas prioritárias, tendo por base as condições e os problemas sociais do país, sendo que o turismo não se constitui numa das áreas prioritárias. Esses são alguns pontos

que explicam a diferença da infraestrutura turística entre os dois países.

Embora incipientes, os investimentos ligados ao turismo no Paraguai não são, no entanto, inexistentes. Exemplo disso é a recente criação da Polícia de Turismo, em 2009, que atua em Ciudad del Este e em Salto del Guairá, cidades que se destacam no turismo de compras. Essa Polícia está ligada a Comandancia de la Policía Nacional, e atua no sentido de orientar e de defender os turistas. Para tanto, são promovidas medidas de proteção, de apoio e de assistência aos turistas que visitam essas cidades e, de acordo com esse órgão: “La División de Seguridad Turística contribuye al mejoramiento de la calidad de la información, protección y seguridad en la entrada al país, en las rutas, caminos y centros de concentración de turistas¹⁰”. A criação da Polícia de Turismo destaca a vocação turística paraguaia, que é ligada ao turismo de compras provindo do Brasil.

Por outro lado, do ponto de vista do processo de urbanização, de acordo com dados do IBGE, no Brasil, e da DGEEC, no Paraguai, pode-se constatar que, do lado brasileiro da faixa de fronteira o grau de urbanização é maior, sendo que, na fronteira paraguaia, a maioria dos distritos possui população rural superior à urbana.

A seguir, nas Tabelas 1 e 2, é possível caracterizar, de forma geral, cada um dos municípios e distritos da região, do Brasil e do Paraguai, com dados referentes à área territorial, ao número de habitantes e ao total de população rural e urbana:

TABELA 1 – População e área territorial dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Brasil				
Município	Nº de habitantes (Censo 2010)	População urbana (Censo 2010)	População rural (Censo 2010)	Área territorial (km²)
Foz do Iguaçu	256081	253950	2131	610,209
Santa Terezinha de Itaipu	20834	18832	2002	267,49
São Miguel do Iguaçu	25755	16476	9279	848,67
Itaipulândia	9027	4742	4285	332,32
Medianeira	41830	37403	4427	325,17
Missal	10474	5420	5054	323,04
Santa Helena	23425	12596	10829	759,12
Diamante D'Oeste	5027	2561	2466	309,147
São José das Palmeiras	3831	2412	1419	183,28
Mal. Cândido Rondon	46799	39134	7665	748,28
Mercedes	5046	2439	2607	199,08
Pato Bragado	4823	2991	1832	539,03
Entre Rios do Oeste	3922	2641	1281	120,33
Terra Roxa	16763	12802	3961	803,48
Guaíra	30669	28176	2493	568,845
Total	508110	445011	63099	6937,491

Fonte: <www.ibge.gov.br>.

Quanto aos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, pertencentes à faixa de fronteira brasileira, pode-se constatar, de acordo com a Tabela 1 acima, que se trata de municípios cuja grande parte da população vive na zona urbana. Os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra são os que mais se destacam quanto à diferença entre população urbana e rural.

O único município que apresenta maior população rural é Mercedes, no entanto não apresentando uma considerável diferença entre o número de população rural e urbana¹¹.

Segundo Limonad (2008), para entender a urbanização brasileira hoje é necessário perceber as diferenças e as diversidades das transformações. A urbanização está ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a

reprodução da força de trabalho e da família, e, por conseguinte, a distribuição espacial da população e das atividades produtivas.

Na Tabela 2, referente aos distritos do Paraguai, percebe-se que os dados da população são relativamente diferentes dos do Brasil:

TABELA 2 – População e área territorial dos distritos lindeiros ao Lago de Itaipu no Paraguai				
Distrito	Nº de habitantes (Censo 2002)	População urbana (Censo 2002)	População rural (Censo 2002)	Área territorial (km²)
Salto del Guairá	11.298	6.653	4.645	1382,48
La Paloma	6.373	3.929	2.444	728,76
Gral. Francisco Caballero Alvarez	8.884	2.692	6.192	1043,91
Nueva Esperanza	9.951	3.018	6.933	1342,44
San Alberto	11.523	4.221	7.302	1046,8
Mínga Porá	11.180	1.393	9.787	881,25
Mbaracayú	8.337	449	7.888	1174,43
Hernandárias	63.248	47.266	15.982	1519,27
Total	130.794	69.621	61.173	9119,34

Fonte: DGEEC. Censo Nacional de Población y Vivienda, 2002.

Assim, de acordo com a Tabela 2, ocorre o oposto em relação ao lado brasileiro, uma vez que, no Paraguai, os distritos apresentam menor grau de urbanização. Dos oito distritos, apenas três (Salto del Guairá, La Paloma e Hernandárias) possuem maior contingente de população vivendo na zona urbana, enquanto que os demais (Gral. Francisco Caballero Alvarez, Nueva Esperanza, San Alberto, Mínga Porá e Mbaracayú) possuem maior população rural. Além disso, em alguns desses distritos, a diferença entre população rural e população urbana é bastante representativa, como é o caso do distrito de Mínga Porá, onde a população urbana soma 1.393 habitantes, enquanto que a rural possui 9.787 habitantes.

A urbanização representa a estruturação do território que é condicionada pelos aspectos sociais, econômicos e políticos de determinados momentos da sociedade, que se diferenciam de acordo com as possibilidades e as características de cada lugar: “O urbano é o modo como a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, como realidade e possibilidade” (CARLOS, 2008, p. 183). Essa autora geógrafa e muitos outros, também não geógrafos¹², balizam suas análises na relação espaço-tempo, contextualizando as

características de cada período e em determinado lugar com as singularidades que o identificam.

Assim, compreende-se que a distribuição da população e a análise das bases produtivas é um instrumento valioso para entender o fenômeno urbano nas diferentes regiões e em diferentes esferas, capaz de traduzir informações importantes sobre a organização social, cultural e política, demonstrando aspectos peculiares de cada região e o grau de envolvimento na expansão do sistema capitalista.

Essa caracterização nos permite ter uma visão geral da região de fronteira entre Brasil e Paraguai, podendo constatar que, ao mesmo tempo em que a fronteira possui situações e preocupações em comum, ligadas à segurança, à saúde, à educação e demais serviços, também as características de cada lado são diferentes, visto que no Brasil a qualidade e a quantidade dos serviços ofertados são em maior proporção que no país vizinho. Esse é um fato que explica a grande quantidade de pessoas (brasileiros ou paraguaios) que vivem na faixa de fronteira paraguaia e procuram o atendimento a serviços no Brasil. Essa é uma das características marcantes da fronteira, pois se reflete no fluxo constante de pessoas, de mercadorias e de serviços.

Considerações finais

A fronteira entre Brasil e Paraguai constitui-se em local privilegiado para o estudo do território e da região, pois se concretiza em campos de força, de conflitos, de solidariedade e de contradições onde se dá a sobreposição de vários territórios¹³, destacando-se determinadas características peculiares que diferenciam esse espaço dos demais.

A organização da estrutura socioespacial entre os dois lados da fronteira Brasil/Paraguai abriga espaços contíguos, mas as populações vivem em realidades distintas, distinções oriundas de um processo histórico diferencial de evolução de ambas as sociedades. Doravante essa contiguidade, o território, a região e a fronteira estão permeadas por realidades contrastantes.

As informações obtidas demonstram diferentes dinâmicas socioespaciais entre esses lugares da fronteira. Os municípios do lado brasileiro, considerados de forte projeção agrícola, tiveram alteração em sua base econômica com a construção da hidroelétrica de Itaipu, quando perderam parte de suas terras produtivas, fator principal que resultou na reestruturação de seu território e mudanças na paisagem.

A Itaipu é um “divisor de águas” na história do desenvolvimento urbano desses municípios, pois promoveu significativas alterações sob o ponto de vista urbano e econômico, implicando transformações espaciais, configurando na região uma nova realidade e um novo cenário pelo incentivo da atividade turística como forma de produção desse espaço.

Para uma efetiva compreensão desse espaço fronteiriço, é necessário que a análise seja integrada (GEMELLI & SOUZA, 2010b), permitindo compreender a complexidade espacial de lógicas contíguas e reticulares. Assim, a interpretação dessa região de fronteira perpassa pela análise integrada de questões referentes ao território, à região e à fronteira, na medida em que esses fatores fazem parte do cotidiano desse lugar, estando sobrepostos num emaranhado de relações complexas, característico do mundo globalizado atual.

A localização dos municípios dessa região pressupõe uma lógica de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, articulando-os através de um sistema de objetos e de ações. O estudo dessa região revela alguns eixos transversais representados pela viabilidade de algumas reflexões que constituem a região de fronteira.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Imigração em territórios fronteiriços. In: **Anais do VI Congresso Português de Sociologia** - mundos sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- ARAÚJO, Hermetes R. de. **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- CARLOS, A. F. Urbanização da sociedade: um desafio à reflexão. In: **Revista Cidades**. Vol. 5, nº 8, p. 183-186, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CORRÊA, Roberto L. Posição geográfica de cidades. In: **Revista Cidades**. V. 1, n. 2, p. 317-323, 2004.
- DIAS, Leia Cristina. Redes de informação, grandes organizações e ritmos de modernização. In: **ETC, espaço, tempo e crítica: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais**. nº 2, vol. 1, jul. 2007.
- GEMELLI, Vanderléia & SOUZA, Edson B. C. de. As territorialidades existentes no espaço fronteiriço de Brasil e Paraguai: Brasiguaios, indígenas, atividade turística e vilas de trabalhadores de Itaipu. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças**. Porto Alegre, 2010a.
- GEMELLI, Vanderléia & SOUZA, Edson B. C. de. Costa Oeste do Paraná: um espaço de fronteira visto pelo planejamento regional. In: **Anais do VII Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (Frontur): la integración se hace más concreta**. Assunção: Py: Ministério do Turismo, 2010b.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. Processos planetários e fronteiras móveis. In: BRANDÃO, Maria A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.
- GRAFF, Vânia D. **A urbanização dos municípios da região Costa Oeste do Paraná: processos de formação**. Mal. Cândido Rondon, PR: Unioeste, 2010 (TCC em Geografia).
- GUIMARÃES, Gesiel de S. **A territorialidade dos moto-taxistas na Ponte Internacional da Amizade entre Brasil e Paraguai**. Mal. Cândido Rondon, PR: Unioeste, 2010 (TCC em Geografia).
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à**

- multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, Ester. HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Brasil século XXI por uma nova regionalização** – agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Lomonad, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- LIMA, Ivonete T. C. de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Niterói, RJ: Germânica, 2004.
- LIMONAD, Ester. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. In: **Revista Cidades**, Vol. 5, nº 8, p. 243-261, 2008.
- MACHADO, Lia Osório et alli. **Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira**. Vol. 1. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005. 450 p.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: **Revista Ciência Geográfica**, nº 06, p.1-11, 1997.
- MASI, Fernando. Paraguai – Brasil e o projeto Mercosul. In: **Revista Política Externa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 14, nº 3, dez/jan/fev – 2005/2006.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et alii (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Edson B. C. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009a.
- _____. Tríplice fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. In: **Revista Terra Plural**, vol.1, nº 1, 2009b.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- VITTE, Claudete de C. S.; SENHORAS, Elói M. A construção escalar do regionalismo transnacional. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, PA, 21 a 25 de maio de 2007.

Notas

¹ Este estudo constitui-se num desdobramento de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos Fronteiriços (GEF) e no Laboratório de Estudos Regionais (LABER), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus Marechal Cândido Rondon*, com financiamento do CNPq e Fundação Araucária.

² ²

De acordo com Guiseppe Dematteis (apud SAQUET, 2007), a territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com outros sujeitos (a alteridade).

³ Guaíra, Terra Roxa, Mal. Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguazu e Foz do Iguazu.

⁴ Diamante do Oeste, Foz do Iguazu, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguazu e Terra Roxa. Todos esses municípios, que compõem a região Costa Oeste do Paraná, estão localizados numa linha de fronteira ou numa faixa de fronteira, ou são cidades-gêmeas (Foz do Iguazu com Ciudad del Este e Guaíra com Salto Del Guairá), de acordo com a classificação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/municipios.asp?area=spr_frenteira>. Acesso em: 15 fev. 2010.

⁵ Segundo os Censos do IBGE de 1990, de 2000 e de 2010, a população de Foz do Iguazu é de, respectivamente, 190.123 hab., de 258.543 hab. e de 256.081 (diminui nos últimos dez anos em 0,95%).

⁶ Estudos sobre Turismo e Fronteira estão se efetivando nos seminários internacionais de turismo de fronteiras, sendo que no ano de 2010 foi realizado o VII Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras - Frontur 2010, em Assunção-Paraguai, cujo tema foi “La integración se hace más concreta”.

⁷ No sentido de atender ao desenvolvimento da atividade e procurar dar-lhe um caráter mais relevante na agenda de governo, foram formuladas políticas, planos e programas que atualmente estão sob a coordenação do Ministério do Turismo – MTur. A ação de maior expressividade do MTur no que diz respeito ao planejamento e à organização do território nacional para o turismo, é o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiro do Brasil.

⁸ Alguns dos projetos e programas da Itaipu implantados no Brasil e com perspectivas de implantação no Paraguai: Cultivando Água Boa, Desenvolvimento Rural Sustentável, Plantas Medicinais, Coleta Solidária, Jovem Jardineiro, Produção de Peixes em Nossas Águas, etc.

⁹ Segundo Virilio (1994 apud ARAÚJO, 1998): “[...] este tempo único, universal, astronômico, se transformou no tempo do mundo rápido. Existe assim uma desqualificação do tempo local mas também do espaço local, em proveito do tempo mundial e de um não-lugar [...] que diz respeito ao fim do *hic et nunc* (grifo do autor) ao fim do aqui e agora. (p. 130-1)”. Para Virilio (1994), a corrida da sociedade é sempre em proveito da redução das distâncias, onde os espaços são eliminados.

¹⁰ Disponível em: <www.policiaeturismo.com.py>.

¹¹ Estudo mais detalhado sobre a urbanização da região Costa Oeste do Paraná pode ser visto em Graff (2010).

¹² Bergmann (1986); Lefebvre (1991); Castells(1983); Gottdiener (1993) e outros.

¹³ Gemelli & Souza (2010a); Guimarães(2010).